

FASUL EDUCACIONAL

(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO CONTÁBIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO CONTÁBIL

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE
RESUMO
Nesta disciplina vamos tratar do panorama da contabilidade financeira no Brasil atualmente. Sabemos que a contabilidade no Brasil é fortemente regulada, seja por leis específicas (Lei 6.404/76 e Lei 10.406/2003) ou por normas emanadas dos órgãos reguladores, que serão estudados adiante. Mais precisamente a partir do ano de 2005, o Brasil optou por aderir às regras internacionais de contabilidade, mais precisamente os IFRS, numa tradução livre “Regras internacionais de relatórios financeiros”. Essa nova estrutura conceitual da contabilidade brasileira tem início com a criação em 2005, por meio da resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.055/2005 do CPC – Comitê de pronunciamentos contábeis – órgão que possui total independência em suas deliberações (pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações), embora receba suporte material do CFC.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO MODELOS CONTÁBEIS DE EVIDENCIAÇÃO PRESSUPOSTOS DA ENTIDADE E CONTINUIDADE PRESSUPOSTOS DA COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIOS AUDITORIA E PARECER
AULA 2 INTRODUÇÃO ATIVO – CONCEITO E COMPONENTES PASSIVO – CONCEITO E COMPONENTES PATRIMÔNIO LÍQUIDO CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS
AULA 3 INTRODUÇÃO CONCEITOS DE RECEITAS E DESPESAS ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ASPECTOS FISCAIS DOS COMPONENTES DA DRE ASPECTOS ESPECIAIS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
AULA 4 INTRODUÇÃO DFC PELO MÉTODO INDIRETO ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DE CAIXA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO VARIAÇÕES NA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
AULA 5 INTRODUÇÃO ESTRUTURA E FORMAÇÃO DO DVA DVA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO NOTAS EXPLICATIVAS APLICAÇÃO PRÁTICA DAS NES
AULA 6 INTRODUÇÃO

ATIVOS CONTINGENTES
PASSIVOS CONTINGENTES
RESERVAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PROVISÕES

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, M. C. Manual prático de interpretação contábil da lei societária. São Paulo: Atlas, 2014.
- ALMEIDA, N. S. de. Casos para ensino em contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2014.
- AZEVEDO, O. R. Comentários às regras contábeis. São Paulo: IOB SAGE, 2014.

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE GERENCIAL

RESUMO

A contabilidade gerencial é a área da contabilidade que tem maior responsabilidade no que tange a subsidiar a tomada de decisão, fazendo a empresa seguir rumo aos objetivos traçados pela alta cúpula organizacional. Nesse sentido, a contabilidade gerencial leva em consideração os aspectos internos da empresa, considerando, em primeira mão, as atividades operacionais, as quais são também conhecidas como atividades de valor, conceituadas de maneira mais formal com um conjunto denominado cadeia de valor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO E FUNÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL
O CONTADOR GERENCIAL
O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL
INFORMAÇÃO E VANTAGEM COMPETITIVA

AULA 2

A CADEIA DE VALORES
CADEIA DE VALOR E OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS
AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES E O CONTROLE DO PROCESSO
A PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS E OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS
O PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E O CONTROLE GERENCIAL

AULA 3

ORÇAMENTO EMPRESARIAL
ORÇAMENTO DE VENDAS
ORÇAMENTO DE CAPITAL
PROJEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO ORÇAMENTO

AULA 4

O CONTROLE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES
DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES
CENTROS DE RESPONSABILIDADE
PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
CUSTO DE OPORTUNIDADE

AULA 5

PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA
TEORIAS DE MOTIVAÇÃO
FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL
MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS
RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

AULA 6

PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA
TEORIAS DE MOTIVAÇÃO
FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL
MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS
TEMA 05: RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO
FUNCIONÁRIO

BIBLIOGRAFIAS

- ATKINSON, A. A. et al. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.
- FREZATTI, F. et al. Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Ao longo do tempo, a contabilidade deixou de ser produzida apenas para cumprir a legislação fiscal e passou a desempenhar um papel importante dentro das empresas, com informações geradas para os mais diversos públicos, sejam eles internos ou externos, tais como os fornecedores, os empregados, os sócios e acionistas, os bancos, entre outros. Dada a importância atribuída à contabilidade e à entrega de informações da situação econômica e financeira das empresas, os estudiosos criaram diversos ramos para que cada trate de assuntos específicos, tais como: a contabilidade empresarial, a tributária, a de custos, a gerencial etc. Porém, independentemente do ramo que se estude, há que se ter em mente que todos estão voltados para o mesmo objetivo, que é de manter as entidades bem informadas sobre seus resultados, diante de um mercado que está cada dia mais competitivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS
USUÁRIOS DA CONTABILIDADE
TIPOS DE EMPRESAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS
RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS OU NÃO OBRIGATÓRIOS
CAPITAL DE TERCEIROS E CAPITAL PRÓPRIO
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DA ESTRUTURA DE CAPITAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA EMPRESA
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

AULA 4

INTRODUÇÃO
FINALIDADE DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
SISTEMAS DE APURAÇÃO OU CUSTEIO DE CUSTOS
AVALIAÇÃO DE ESTOQUES
EXEMPLOS PRÁTICOS DO CUSTEIO POR ABSORÇÃO E CUSTEIO VARIÁVEL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUCIONAIS
FATO GERADOR, INCIDÊNCIA E NÃO INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA
TRIBUTOS SOBRE A RENDA LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL
EXEMPLOS PRÁTICOS DO LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
PIS, COFINS, ICMS E ISS
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO
OBRIGAÇÕES FISCAIS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE CÁLCULO DE ENCARGOS SOCIAIS

BIBLIOGRAFIAS

- MAMEDE, G. Direito Societário. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MARION, J. C. Contabilidade empresarial: instrumentos de análise, gerência e decisão. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DISCIPLINA:

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

RESUMO

O ambiente financeiro ainda parece ser algo distante para muitos de nós brasileiros. Mesmo as empresas têm dificuldades em tomar decisões financeiras em razão das muitas incertezas tanto no cenário econômico como no político. As decisões sobre novos investimentos empresariais dependerão da correta leitura do cenário econômico envolvendo, por exemplo, o nível de emprego e a renda das famílias. Por outro lado, as decisões das empresas sobre financiamentos estão ligadas às taxas de juros internas e externas, além da flutuação das moedas (câmbio). Então, quanto maior for o nível de incertezas, maiores serão os riscos de serem frustradas as expectativas dos retornos esperados. Os temas desta primeira aula têm a ver justamente com expectativas de retorno e riscos envolvidos nas decisões de investimentos e financiamentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O PAPEL E O AMBIENTE DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
DINÂMICA DAS DECISÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA
RISCO E RETORNO
TEORIA DO PORTFÓLIO
CUSTO DE OPORTUNIDADE E CRIAÇÃO DE VALOR

AULA 2

TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE (TMA) E VALOR ANUAL UNIFORME EQUIVALENTE

(VAUE)
VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)
TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)
PAYBACK E ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE (IL)
ANÁLISE DE INVESTIMENTOS SOB CONDIÇÃO DE RISCO OU INCERTEZA

AULA 3

GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO E DE CAIXA
GESTÃO DE VALORES A RECEBER
ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO
GESTÃO DE ESTOQUES
GESTÃO DE PASSIVOS CIRCULANTES

AULA 4

ORÇAMENTO OPERACIONAL
ORÇAMENTO DE ATIVIDADES FINANCEIRAS
ORÇAMENTO DE CAPITAL
PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PARTE I
PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PARTE II

AULA 5

MONITORAMENTO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
FLUXOS DE CAIXA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

AULA 6

MONITORAMENTO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
FLUXOS DE CAIXA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

BIBLIOGRAFIAS

- ASSAF, A. N. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- CORNETT, M. M.; ADAIR JR, T. A.; NOFSINGER, J. Finanças. Trad. R. B. Taylor. Porto Alegre: McGraw Hill; Bookman, 2013.
- CRESPO, A. A. Estatística fácil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE CUSTOS

RESUMO

Esta disciplina vai revelar como uma gestão de custos eficiente é essencial para manter o bom funcionamento do negócio, torná-lo mais competitivo, evitar prejuízos financeiros e materiais e permitir um crescimento sustentável da organização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS
APURAÇÃO DOS CUSTOS
CUSTO DA MÃO DE OBRA
CUSTOS DOS ESTOQUES

AULA 2

INTRODUÇÃO
MÉTODO DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO
MÉTODO DE CUSTEIO PADRÃO
MÉTODO DE CUSTEIO VARIÁVEL
MÉTODO DE CUSTEIO RKW

AULA 3

INTRODUÇÃO
CUSTO-META
ANÁLISE CUSTO-VOLUME-LUCRO (CVL)
GRAU DE ALAVANCAGEM E MARGEM DE SEGURANÇA
FORMAÇÃO DE PREÇO

AULA 4

INTRODUÇÃO
ACUMULAÇÃO DE CUSTOS NAS ENCOMENDAS DE LONGA EXECUÇÃO
DEPARTAMENTALIZAÇÃO
CENTRO DE CUSTOS E RATEIO
CUSTOS DA QUALIDADE

AULA 5

INTRODUÇÃO
INDICADORES DE DESEMPENHO
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
GESTÃO E ANÁLISES FINANCEIRAS DE ORÇAMENTO GLOBAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A VENDA E A SUA RECUPERABILIDADE
REGIMES TRIBUTÁRIOS – SIMPLES NACIONAL E LUCRO PRESUMIDO
REGIMES TRIBUTÁRIOS – LUCRO REAL
TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

BIBLIOGRAFIAS

- CRUZ, J. A. W. Gestão de custos: perspectivas e funcionalidades. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- MARTINS, E. Contabilidade de custos. São Paulo. Atlas, 2010.
- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. São Paulo: Pearson, 2012.

DISCIPLINA:

CONTROLE DE CUSTOS

RESUMO

Competitividade é um termo que resume o que as empresas vivem atualmente por conta da globalização, e sobre o impacto das possibilidades que o consumidor possui diante das tecnologias de informação e comunicação. Hoje em dia o consumidor possui à sua disposição inúmeras opções de compras pelos mais diversos canais de distribuição, e esses fatores fazem com que as empresas tenham que rever seus processos e suas atividades constantemente, sempre buscando se atualizar e se manterem competitivas. Nesse contexto, a contabilidade surge como ferramenta essencial que busca fornecer informações sempre relevantes para o processo de tomada de decisões, principalmente no que tange ao desenvolvimento de novas técnicas operacionais que visem um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis aos gestores, buscando otimizar o resultado das entidades. Diante desse aspecto, a ciência contábil está sempre buscando desenvolver novas técnicas que venham a aprimorar as práticas e satisfazer as necessidades do homem de hoje, principalmente no que tange aos negócios. Uma das formas mais eficientes usadas pelas empresas para se tornarem mais competitivas é o tratamento dos custos nos seus processos produtivos, o que é subsidiado por técnicas desenvolvidas e oferecidas pela contabilidade de custos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A CONTABILIDADE FINANCEIRA, A DE CUSTOS E A GERENCIAL
TERMINOLOGIAS APLICADAS À CONTABILIDADE DE CUSTOS
PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CUSTOS
ESQUEMA BÁSICO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
A CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA ATENDER À CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E FISCAL

AULA 2

MATERIAIS DIRETOS: CONCEITO, DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
IMPOSTOS NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: O CUSTO MÉDIO
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: PEPS (FIFO)
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: UEPS (LIFO)

AULA 3

SEPARAÇÃO ENTRE MÃO DE OBRA DIRETA E INDIRETA
APONTAMENTO DA MÃO DE OBRA DIRETA
COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE MÃO DE OBRA DIRETA
TEMPO NÃO PRODUTIVO DA MÃO DE OBRA DIRETA
OUTROS GASTOS DECORRENTES DA MÃO DE OBRA

AULA 4

IDENTIFICAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO
DEPARTAMENTALIZAÇÃO
DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE RATEIO
RATEIO DOS CUSTOS DOS DEPARTAMENTOS
IMPORTÂNCIA DA CONSISTÊNCIA DOS CRITÉRIOS

AULA 5

SISTEMA DE CUSTEIO DIRETO
SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO
SISTEMA DE CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)

SISTEMA DE CUSTEIO RKW
CUSTOS EM ENTIDADES COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS

AULA 6

CUSTEAMENTO POR ORDEM
CUSTEAMENTO POR PROCESSOS
CUSTEAMENTO EM AMBIENTES DE PRODUÇÃO CONJUNTA
CONTABILIDADE DE CUSTOS E O PRONUNCIAMENTO CPC 16 ESTOQUES
PERDAS NA PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRUNI, A. L. A administração de custos, preços e lucros: com aplicações na HP12C e Excel. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- COSTA, R. P. da; FERREIRA, H. A. S.; SARAIVA JÚNIOR, A. F. Preços, orçamentos e custos industriais: fundamentos da gestão de custos e de preços industriais. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2010.

DISCIPLINA:

AUDITORIA

RESUMO

A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS
AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE
INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO
APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA
AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA
APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 3

INTRODUÇÃO
AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA
OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA
PAPÉIS DE TRABALHO
APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE

AULA 4

INTRODUÇÃO

AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE
O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REQUISITOS ÉTICOS, CÉTICISMO E JULGAMENTO PROFISSIONAL
PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI)

AULA 5

INTRODUÇÃO

O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL
A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA
MATERIALIDADE EM AUDITORIA
APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE
INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO
O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iibrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>.

DISCIPLINA:

CONTROLADORIA

RESUMO

A ciência contábil é a ciência que estuda o patrimônio das entidades. Ela tem a finalidade de gerar informações úteis para a tomada de decisão dos usuários, sejam eles internos ou externos à organização. Em outras palavras, seu objetivo é “o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras” (Marion, 2018, p. 5). Para tanto, cabe à contabilidade “captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente [...]” (Iudícibus et al., 2019, p. 1). Para que possamos compreender o papel da controladoria em uma organização, Frezatti et al. (2009) sugerem, inicialmente, o entendimento de que toda organização possui stakeholders, isto é, está inter-relacionada com aquelas entidades, pessoas físicas ou jurídicas, que possuem algum tipo de interesse na organização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A CONTROLADORIA NAS ORGANIZAÇÕES E SUAS ATRIBUIÇÕES
GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY
CONTROLADORIA ESTRATÉGICA
CRIAÇÃO DE VALOR

AULA 2

INTRODUÇÃO
CONTROLE INTERNO
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL
SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E SEUS SUBSISTEMAS
CONTROLE, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PLANEJAMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CENTROS DE RESPONSABILIDADE
CUSTO-PADRÃO
VARIAÇÕES DO CUSTO-PADRÃO
CONTABILIDADE DE CUSTOS E A GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
SISTEMA ORÇAMENTÁRIO
TIPOS DE CONTROLES ORÇAMENTÁRIOS
METODOLOGIAS PARA A ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS
ORÇAMENTO DE CAPITAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
VALOR PRESENTE LÍQUIDO E ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE
TAXA INTERNA DE RETORNO
PAYBACK
TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO
ECONOMIC VALUE ADDED
MARKET VALUE ADDED
EARNING BEFORE INTEREST, RATES, TAXES, DEPRECIATION AND
AMORTIZATION
BALANCED SCORECARD

BIBLIOGRAFIAS

- ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FERNANDES, D. P. Controladoria estratégica: uma nova forma de pensar e planejar o futuro das empresas. Treasy, 21 fev. 2018. Disponível em <https://www.treasy.com.br/blog/controladoria-estrategica/>.
- FREZATTI, F. et al. Controle Gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:

RESPONSABILIDADE FISCAL

RESUMO

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de

assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNÇÕES DO ESTADO

CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO

NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?

AULA 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

LICITAÇÕES

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO

ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO

ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS

AULA 5

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DO PLANEJAMENTO

TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

FINALIZANDO

DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS

SOBRE AS RECEITAS

SOBRE AS DESPESAS

SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- CALCIOLARI, R. P. Quem controla o controlador? Polêmicas advindas da aprovação da Lei 13.655/2018. Consultor Jurídico, 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/ricardo-calciolari-polemicasadvindas-aprovacao-lei13655>.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
RESUMO
Esta disciplina abrange o estudo sobre planejamento tributário, no qual são utilizadas as normas legais e os conhecimentos contábeis como base para o estudo. Ela visa a proporcionar um contato mais aprofundado com a legislação vigente e demonstrar como a contabilidade pode ser uma ferramenta para o benefício da sociedade. Competências: Entender como funciona o Planejamento Tributário; Habilidades: Conhecer a base teórica e aplicá-la na elaboração do planejamento.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ELISÃO FISCAL X EVASÃO FISCAL; TIPOS DE ELISÃO, ABUSO DE FORMA ESTADO VERSUS CONTRIBUINTE O DIREITO DO CONTRIBUINTE DE PAGAR SOMENTE O TRIBUTO DEVIDO FINALIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO; PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO OBRIGAÇÃO
AULA 2 A CONTABILIDADE COMO BASE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO INTERPRETAÇÃO DA LC Nº 104/2001 ABUSOS DA RECEITA FEDERAL COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO FORMAS DE SONEGAÇÃO FISCAL
AULA 3 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: CONCEITO BÁSICOS LUCRO REAL: TÓPICOS ELEMENTARES LUCRO PRESUMIDO: TÓPICOS ELEMENTARES LUCRO ARBITRADO: TÓPICOS ELEMENTARES SIMPLES: TÓPICOS ELEMENTARES
AULA 4 CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS INCORPORAÇÃO E ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS PELA INCORPORADORA CISÃO SEM APURAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL PARTICIPAÇÃO EXTINTA EM CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

AULA 5

TÓPICOS ESPECÍFICOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: OPERAÇÕES DE VENDAS NA INTERNET
NEUTRALIDADE FISCAL
BRINDES OU BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS
GASTOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL
POSTERGAÇÃO DE FATURAMENTO

AULA 6

RENDIMENTOS DOS SÓCIOS E SUA TRIBUTAÇÃO
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
GANHOS DE CAPITAL
PREVIDÊNCIA PRIVADA
LIVRO CAIXA

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, V. Planejamento tributário (elisão fiscal). Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://valdivinodesousa.jusbrasil.com.br/artigos/121944135/planejamento-tributario-elisao-fiscal>.
- BANDEIRA DO Ó, Maria da C. Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência tributária. Conteúdo jurídico, 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,diferencas-entre-imunidade-isencao-e-nao-incidencia-tributaria,56460.html>.
- BORGES, H. B. Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

RESUMO

O crescimento econômico tem levado a sociedade a uma era de consumo e extração dos recursos naturais nunca vista anteriormente na história. Em conjunto com esse crescimento, tem-se visto o aumento dos desastres ambientais, principalmente os causados pela ação direta do ser humano. Derramamentos de petróleo, queda de barragens de contenção, disposição de resíduos perigosos de maneira inadequada são alguns dos exemplos que podemos observar de danos ambientais atuais. Compreender os impactos desses fatores na economia faz parte dos objetivos desta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ECONOMIA AMBIENTAL
ECONOMIA ECOLÓGICA
ECONOMIA DA POLUIÇÃO
CONTABILIDADE AMBIENTAL NACIONAL

AULA 2

INTRODUÇÃO
INSTRUMENTOS DE POLÍTICA AMBIENTAL
IMPACTOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL
ACORDOS AMBIENTAIS MULTILATERAIS
POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

AULA 3

INTRODUÇÃO

POLUIDOR-PAGADOR
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
RECURSOS HÍDRICOS
AR
SOLO
FAUNA E FLORA

AULA 5

INTRODUÇÃO
MOTIVOS
CONSEQUÊNCIAS
AVALIAÇÃO DOS DANOS
LEGADO

AULA 6

INTRODUÇÃO
DESASTRE NUCLEAR DE CHERNOBYL
DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NO GOLFO DO MÉXICO
A FUMAÇA DE BHOPAL
FUTURO

BIBLIOGRAFIAS

- BARTELMUS, P. Contabilidade verde para o desenvolvimento sustentável. In: MAY, P.; MOTTA, O. S. da (Ed.). Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- CAVALCANTI, C. Concepção da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. Estudos Avançados, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO
PODERES ADMINISTRATIVOS
CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO
MODALIDADES DA LICITAÇÃO
EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS
TIPOS DE CONTRATO
CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS
EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014
CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.

